

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o excerto abaixo para responder às questões 1 a 5:

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) determinou que o município suspenda o Edital de Chamamento Público n. *****, cujo objeto é firmar contrato de gestão da Unidade de Pronto Atendimento Municipal, no valor estimado de R\$ *****. O contrato incluiria supervisão técnica, gestão, execução e gerenciamento das unidades.

Na Decisão Singular, publicada no Diário Oficial, o relator do processo aponta inconsistências no edital quanto ao procedimento de qualificação das entidades e os estudos prévios que fundamentam as metas estabelecidas para o contrato. A decisão ressalta ainda a necessidade de realização de melhorias estruturais no documento, com o objetivo de selecionar organização social que atue na área de saúde no município e que seja qualificada.

A deliberação aponta que no edital não há informações suficientes que justifiquem a necessidade de realização de obra na estrutura das unidades de saúde. Também não constam dados como o volume real de atendimentos terapêuticos e de procedimentos cirúrgicos a serem contratados, o que pode resultar no mau uso de recursos públicos.

O relator determinou que, num prazo de 10 dias, a Secretaria Municipal de Saúde deve encaminhar ao TCE/SC estudo sobre a vantajosidade da iniciativa, o procedimento de qualificação das organizações sociais, a previsão de obra e a quantificação dos serviços de saúde.

Fonte: <https://www.tcsc.br/tcsc-determina-suspensao-de-edital-para-gestao-de-unidades-de-saude-em-municipio-do-litoral-norte>. Acesso em: 03 abr. 2025.

Questões	Verdadeiro	Falso
1 Na oração “O contrato incluiria supervisão técnica, gestão, execução e gerenciamento das unidades”, o modo do verbo utilizado dá a ideia de certeza, fato.		
2 Os vocábulos “técnica” e “saúde” não pertencem à mesma regra de acentuação gráfica.		
3 Na oração “O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) determinou que o município suspenda o Edital de Chamamento Público n. *****, cujo objeto é firmar contrato de gestão da Unidade de Pronto Atendimento Municipal”, é correto afirmar que o pronome relativo “cujo” está concordando em gênero e número com “objeto”.		
4 No texto, onde se lê: “A deliberação aponta que no edital não há informações suficientes que justifiquem a necessidade de realização de obra na estrutura das unidades de saúde. Também não constam dados como o volume real de atendimentos terapêuticos e de procedimentos cirúrgicos a serem contratados, o que pode resultar no mau uso de recursos públicos.”, é correto afirmar que há uma		

justificativa para a falta de ação do Tribunal de Contas no processo.		
5 De acordo com as informações do texto, o edital não estava de acordo com as necessidades da unidade de saúde e, por isso, não conseguiu liberação para realizar a obra.		
<u>Leia o excerto abaixo para responder às questões 6 e 7:</u> Ofício Circular n.º 000442017/CN-CNMP Brasília-DF, 4 de julho de 2017. A Sua Excelência o Senhor AXXXXXX PXXXXX MXXXXX FXXXXX Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Rondônia Ministério Público do Estado de Rondônia Assunto: Encaminha Carta de Brasília. Senhor Procurador-Geral de Justiça, Considerando a necessidade de fomentar a atuação proativa e resolutiva do Ministério Público brasileiro e modernizar o controle da atividade extra-jurisdicional por parte das Corregedorias do Ministério Público, encaminho-lhe a Carta de Brasília, aprovada no 7º Congresso de Gestão do CNMP, em 22 de setembro de 2016. Na oportunidade, solicito que a referida Carta seja amplamente divulgada a todos os membros e servidores e sirva como parâmetro para a atuação funcional dos Membros da Unidade e como parâmetro para a Administração Superior, as Corregedorias locais e as Chefias das Unidades, quanto à adoção de suas diretrizes. Atenciosamente, Fonte: https://www.academia.edu/37027703/Carta_de_Bras%C3%ADlia (adaptado). Acesso em 31 mar. 2025.		
Questões	Verdadeiro	Falso
6 No sintagma nominal “controle da atividade extra-jurisdicional”, a palavra “extra-jurisdicional” está grafada corretamente, de acordo com o Acordo ortográfico de Língua Portuguesa de 2009.		
7 Na sentença 'encaminho-lhe a Carta de Brasília', o pronome 'lhe' está corretamente empregado como objeto indireto do verbo 'encaminhar'.		
<u>Leia o excerto abaixo para responder às questões 8 a 10:</u> Tratam os autos do processo de Inspeção, instaurado para apuração de supostas irregularidades relativas ao atraso no envio de balancetes e à ausência de prestação de contas referentes a despesas diversas realizadas pela Prefeitura Municipal de *****, originado nos autos apartados do Processo n. REP **/*****. As irregularidades averiguadas abrangem, especialmente, o atraso no envio dos balancetes do exercício de 2016 à Câmara Municipal, a ausência de prestação de contas de reformas escolares, a aquisição injustificada de pneus e de combustíveis, a má qualidade na		

merenda escolar e a aquisição de tubos destinados à implementação de saneamento básico sem a execução efetiva da obra.

Questões	Verdadeiro	Falso
8 Analisando o segundo parágrafo do texto lido, é correto afirmar que o termo "abrangem" está conjugado na primeira pessoa do plural.		
9 No trecho "[...] o atraso no envio dos balancetes do exercício de 2016 à Câmara Municipal [...]", há o uso adequado do acento indicativo de crase.		
10 No trecho "As irregularidades averiguadas abrangem, especialmente, o atraso no envio dos balancetes [...]", é possível inferir que a única irregularidade abordada no texto é o atraso no envio de balancetes.		

CONTROLE EXTERNO

Questões	Verdadeiro	Falso
11 Conforme previsto na Constituição Federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.		
As questões 12 a 15 devem ser respondidas com base na Resolução N. TC-06/2001 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina) e suas alterações.		
12 O Tribunal de Contas tem jurisdição própria e privativa em todo o Estado de Santa Catarina sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. A jurisdição do Tribunal abrange qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie, ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado ou o Município responda, ou que, em nome destes, assuma obrigações de natureza pecuniária.		
13 Ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma da legislação vigente, em especial da sua Lei Orgânica, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual e municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.		
14 Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado. A		

denúncia sobre matéria de competência do Tribunal deverá referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, relacionar-se a um objeto determinado e a uma situação-problema específica, estar acompanhada de indícios, de evidências ou de elementos de convicção razoáveis quanto à presença das possíveis irregularidades noticiadas e que justifiquem o início da atividade fiscalizatória, bem como conter o nome legível do denunciante, sua qualificação, até mesmo o seu endereço e a sua assinatura.		
15 Em todas as etapas do processo de julgamento de contas, de apreciação de atos sujeitos a registro e de fiscalização de atos e contratos será assegurada aos responsáveis ou interessados ampla defesa. Das deliberações do Tribunal de Contas proferidas no julgamento de prestação ou tomada de contas, tomada de contas especial, na fiscalização de atos administrativos, inclusive contratos e atos sujeitos a registro, cabem recursos de Reconsideração, de Embargos de Declaração, de Reexame e Agravo.		

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP permitiu diversas inovações, por exemplo:		
Questões	Verdadeiro	Falso
16 No PCASP, as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam – orçamentária, patrimonial e de controle -, de modo que os registros orçamentários influenciem ou alterem os registros patrimoniais, e vice-versa.		
17 As variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) registram as transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, devendo ser reconhecidas nos períodos a que se referem, segundo seu fato gerador, sejam elas dependentes ou independentes da execução orçamentária.		
Conforme normativas do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, responda às questões a seguir:		
18 O benefício econômico de um recurso é uma característica que corresponde a sua capacidade de contribuir para alcançar os objetivos da entidade.		
19 Segundo as diretrizes contábeis, avalie os quesitos a seguir:		

I - Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. II - Um ativo deve ser reconhecido quando satisfizer a definição de ativo e puder ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação contábil. III - Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção pode resultar na saída de recursos da entidade. A partir da análise dos quesitos apresentados, pode-se afirmar que todas as afirmações são verdadeiras.		
20 São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não liquidadas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distinguem-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).		
21 A classificação por Natureza de Receita Orçamentária é composta por oito dígitos, distribuídos entre categoria econômica, origem, espécie, desdobramento para identificação de peculiaridades da receita e tipo.		
22 Despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.		
O prefeito da cidade de "Residente Aprovado" está com dúvidas relativas à gestão fiscal do seu município, especificamente sobre o limite máximo de recursos da Receita Corrente Líquida (RCL) que pode ser utilizado para despesas com pessoal no poder executivo. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, avalie as questões a seguir:		
23 Na esfera municipal, os valores destinados às despesas com pessoal não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da RCL para o Executivo.		
24 Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como Despesas de Pessoal.		
A Prefeitura da cidade de "Residente Aprovado" adquiriu um veículo para uso da secretaria da educação no valor de R\$ 50.000,00. No valor do veículo, estão incluídos tributos não recuperáveis no valor de R\$ 10.000,00. Além disso, o município terá que arcar com um frete de R\$ 1.000,00 para colocar o ativo no local e em condições necessárias para ser capaz de funcionar. A vida útil do veículo é de 5 anos. A partir das informações apresentadas, responda às questões a seguir:		
25 A contabilização do reconhecimento do valor contábil do veículo será no montante de R\$ 51.000,00.		
26 A compra do veículo é considerada um fato permutativo sob a classificação patrimonial.		

27 O valor da depreciação mensal que deverá ser contabilizada é de R\$800,00.		
28 O código de fonte ou destinação de receita tem como objetivo agrupar receitas que possuem as mesmas normas de aplicação na despesa, identificando as vinculações legais existentes e funcionando como um mecanismo integrador entre a receita e a despesa.		
29 Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e forma de limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas, e contera reserva de contingência.		
30 Conforme a Lei n.º 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas arrecadadas e as despesas legalmente liquidadas.		